



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27928 - DF (2021/0223089-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
IMPETRANTE : MARCO ANTONIO DOMINGUES
ADVOGADO : MARCO ANTONIO DOMINGUES (EM CAUSA PRÓPRIA) -
MG191598
IMPETRADO : MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por MARCO ANTONIO DOMINGUES, com pedido de liminar, contra suposto ato ilegal do MINISTRO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA, qual seja, a demissão realizada do cargo de policial rodoviário federal.

Aduz que não houve respeito ao devido processo legal, sendo violado o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Requer, em suma (fls. 22-23):

A) Em sede de MEDIDA LIMINAR, que seja ordenada a imediata SUSPENSÃO dos efeitos da Portaria nº. 509, de 13/11/2020, que demitiu o Impetrante (publicada no Diário Oficial da União, em 16/11/2020, Edição 218, Seção:2, Página 35), até decisão definitiva de mérito ou ulterior deliberação judicial, determinando-se, por fim, ANULAÇÃO do PAD que deu origem ao introito, conforme minuciosamente exposto nesta Petição Inicial.

[...]

C.I) DECLARAR-SE a violação e incontroversa inobservância ao artigo 372 do CPC, artigo 158-A e seguintes da lei 13.964/19, artigo 156, da Lei Federal nº. 8.112/90 e aos artigos 2º e 3º bem como 38, da Lei Federal nº. 9.784/99; bem como violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório, circunstanciado no devido processo legal, da razoabilidade, da proporcionalidade, boa-fé, imparcialidade e publicidade, ante o indeferimento ao pedido de realização da perícia e apresentação do vídeo comprovadamente captado;

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a

satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos no *mandamus*; e o *periculum in mora*, evidenciado ante a possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida.

Ressalte-se que o mandado de segurança não configura a via adequada para o reexame das provas produzidas no processo administrativo disciplinar, o que demandaria dilação probatória em tal ação constitucional, que é exatamente a hipótese dos autos, prevalecendo, na hipótese em epígrafe, a presunção de legitimidade do ato administrativo.

Outrossim, não foram colacionadas aos autos provas inequívocas pré-constituídas no sentido de que não foi oportunizado o exercício de contraditório e ampla defesa à parte impetrante, houve apenas mera afirmação a tal respeito.

Ademais, o pedido de liminar, que tem como objetivo anular o ato demissório, confunde-se com o pedido principal da impetração, demonstrando a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno, sobretudo sobre a decadência da impetração.

Por fim, não se deve descurar que o controle jurisdicional do PAD diz respeito tão somente ao exame da regularidade do procedimento, levando-se em conta os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, o que não autoriza, portanto, qualquer imersão no mérito administrativo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente